

## Reinstalação na União Europeia

19/06/2015

### Migração

#### Recomendações das Sociedades Nacionais Cruz Vermelha da União Europeia e da Federação Internacional Cruz Vermelha e Crescente Vermelho

As Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha da União Europeia e a Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, convidaram os Estados-Membros da UE para melhorar as suas políticas e práticas relativas à reinstalação de refugiados na UE e, portanto, respeitar as suas obrigações no âmbito dos Direitos Humanos e Direitos de Refugiados Internacionais. Como temos repetidamente defendido, mais recentemente, na esteira das mortes de migrantes em curso no mar Mediterrâneo, há uma necessidade urgente de criar vias legais seguras e eficazes para aqueles que precisam de protecção internacional, incluindo através da reinstalação. O objectivo deste artigo é uma posição para fornecer recomendações para assegurar que as políticas sejam postas em prática para garantir mais práticas de reinstalação eficazes e significativas em todos os Estados-Membros da UE. Para este fim, fazemos oito recomendações que se seguem para a UE e os seus Estados-Membros:



*Cruz Vermelha Alemã ajuda refugiados reinstalados fornecendo-lhes informações sobre estatuto legal, benefícios sociais e questões de integração.*  
© Jörg Müller F. / Cruz Vermelha Alemã.

1. Comprometer-se a reinstalar mais refugiados numa base regular.
2. Considerar a reinstalação uma ferramenta complementar de protecção.
3. Estabelecer vagas adicionais de reinstalação dedicadas a responder a emergências humanitárias.
4. Priorizar os mais vulneráveis nos programas de reinstalação.
5. Ajustar o programa de reinstalação para aumentar os esforços de reinstalação em toda a UE.
6. Implementar uma assistência mais forte antes da partida.
7. Certificar das condições de acolhimento de alta qualidade e integração de medidas, nomeadamente através do envolvimento da sociedade local e civil.
8. Apoiar a aprendizagem mútua e o intercâmbio de boas práticas em matéria de reinstalação.

As medidas apresentadas neste documento visam apoiar reinstalação na EU, como uma forma complementar de protecção, que não faz de forma alguma restringir o direito dos requerentes de asilo para requerer protecção internacional, independentemente da forma como chegaram à EU.

#### ENQUADRAMENTO

A Resolução 3 adoptada na 31ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho apela aos Estados "para conceder aos migrantes protecção internacional adequada .

### Resolução 3

A Cruz Vermelha solicita aos Estados que assegurem que leis e procedimentos relevantes estão no lugar de forma a permitir que as Sociedades Nacionais tenham eficaz e acesso seguro a todos os migrantes sem discriminação, independentemente do seu estatuto jurídico.



Com mais de três milhões de refugiados registrados, o ACNUR anunciou a meio de 2014 que os sírios são responsáveis por quase um quarto de todos os refugiados sob o seu mandato. Para eles, a reinstalação é uma oportunidade para iniciar uma nova vida, num lugar mais seguro.  
© FICV de 2014.

Este documento identifica formas para os Estados-Membros da UE cumprirem os compromissos que fizeram na conferência, em particular aumentando os esforços de reinstalação. As sugestões descritas abaixo foram desenvolvidas através de discussões com especialistas de reinstalação no seio das instituições da UE, Representações Permanentes dos Estados-Membros para a UE, Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha da Europa, e outras organizações da sociedade civil. A reinstalação constitui uma das três soluções duradouras para os refugiados identificados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

A reinstalação envolve a selecção e a transferência de refugiados provenientes do Estado em que têm protecção almejado, a outro Estado que tenha aceite admiti-los como refugiados e dar-lhes o estatuto de residente permanente. O estatuto de residência permanente garante protecção contra a repulsão e acesso a direitos civis, políticos, económicos, sociais e direitos culturais semelhantes aos usufruídos pelos cidadãos, bem como oferecendo a oportunidade para tornar-se um cidadão naturalizado. Em determinadas circunstâncias, a reinstalação é a única solução duradoura disponível a um refugiado, especialmente em situação prolongada de refugiado.

No início de 2015, o ACNUR estimou que, globalmente, cerca de 960 mil refugiados estavam na necessidade de reinstalação por causa de suas vulnerabilidades particulares, ou devido a falta de outras soluções duráveis previsíveis. Contudo, apenas 80 mil vagas de reinstalados estão disponíveis globalmente, numa base anual, e apenas uma minoria destes são oferecidos pelos Estados-Membros da UE.

Nas suas orientações estratégicas para legislação futura e programação operacional no espaço de liberdade, segurança e justiça, o Conselho Europeu declarou que, durante os próximos cinco anos, deve ser dada prioridade ao aumento das contribuições para um esforço de reinstalação mundial. O Conselho Europeu estará também empenhado em oferecer vagas para pessoas que se qualificam para protecção, reconhecendo que todos os Estados-Membros devem dar um contributo para a reinstalação. A Comissão Europeia também tem enfatizado a necessidade de a UE intensificar os seus esforços de reinstalação, a fim de evitar uma situação em que as pessoas deslocadas que necessitem de protecção tenham de recorrer a redes criminosas de passadores e traficantes. O programa de reinstalação, sob Fundo do Asilo, Migração e Integração (AMIF) visa aumentar o impacto humanitário da UE, oferecendo incentivos financeiros para que os Estados-Membros possam apoiar os esforços internacionais de protecção dos refugiados através da reinstalação. Actualmente, apenas 15 Estados-Membros da UE fornecem regularmente programas de reinstalação de refugiados, enquanto outros reinstalam refugiados numa base pontual.



A Reinstalação oferece novas perspectivas para refugiados vulneráveis em conflitos prolongados.  
© JRose & Sjölander / FICV 2014.

Alguns países desenvolveram programas de admissão humanitária para responder às situações humanitárias específicas, incluindo os programas austríacos e alemães de admissão humanitária para refugiados sírios e o sistema de reinstalação do Reino Unido para pessoas vulneráveis. A reinstalação não é uma substituição para a cedência de asilo a pessoas necessitadas que chegam à UE pelos seus próprios meios, mas significa um instrumento de protecção essencial para as pessoas vulneráveis em situação intratável. Este documento propõe recomendações políticas para melhorar as tendências de reinstalação, programação e práticas na UE, a fim de aumentar o número de refugiados que podem requerer protecção através destes tipos de programas.

### Nossas recomendações

A 23 de Fevereiro de 2013, o bureau da Cruz Vermelha da UE adoptou um documento sobre acesso a avenidas legais e protecção internacional na União Europeia, que invoca nove recomendações para a UE e seus Estados-Membros para garantir a aplicação de vias legais seguras e eficazes para as pessoas que necessitam de protecção internacional. Uma dessas recomendações convida os Estados-Membros a "comprometerem-se a reinstalar um maior número de refugiados".

Queremos elaborar sobre isso oito recomendações a seguir, a fim de colocar para discussão e assegurar uma melhoria das políticas de reinstalação em toda a UE. Por isso, pedimos à UE e aos seus Estados-Membros que:

#### 1. Comprometam-se a reinstalar mais refugiados numa base regular

Nem todos os Estados-Membros da UE adoptaram um programa nacional de reinstalação, e muitas com um programa tem o potencial de aumentar as suas quotas.

A Cruz Vermelha congratula-se com a recomendação da Comissão Europeia convidando os Estados-Membros da UE para fornecer em conjunto 20.000 vagas de reinstalação nos próximos dois anos. Juntamo-nos a outras organizações da sociedade civil e a membros do rede europeia de reinstalação, sublinhando que, até 2020, este número de vagas deve ser o número mínimo oferecido conjuntamente pela UE em cada ano.

A reinstalação é uma avenida jurídica concreta e acessível ao acesso à protecção internacional na UE. Os Estados-Membros da UE devem aumentar a sua quota de consumo global de reinstalação com vista à reinstalação de um maior número de refugiados. Todos os Estados-Membros devem tomar medidas no sentido de aumentar e sustentar o seu envolvimento neste domínio, comprometendo-se a reinstalar mais refugiados numa base anual.

#### ↙ O nosso apelo

Em 2020, a UE e os seus Estados devem oferecer conjuntamente pelo menos 20.000 vagas anuais para reinstalados

## **2. Considerar a reinstalação como uma ferramenta complementar para a protecção.**

Como componente da dimensão externa das políticas de migração e de asilo da UE, a reinstalação deve ser implementada como um instrumento para partilha de responsabilidades e como expressão de solidariedade com países terceiros. Os números e perfis dos refugiados que os governos concordam em reinstalar devem demonstrar um verdadeiro compromisso com a partilha de uma responsabilidade global, que actualmente desproporcionalmente recai sobre os ombros dos países em desenvolvimento e países imediatamente vizinhos das zonas de conflito.

A reinstalação não deve ser um substituto para medidas que assegurem o acesso à protecção internacional na UE, incluindo as sensíveis políticas de protecção de vistos e mecanismos de fronteira. A reinstalação não isenta os Estados-Membros das suas obrigações para estabelecer e manter as políticas de migração e asilo de alta qualidade da EU.

## **3. Estabelecer vagas adicionais de reinstalação dedicadas para responder a situações humanitárias de emergência.**

Os Estados-Membros devem estabelecer vagas de reinstalação adicionais ou vagas de admissão humanitárias dedicadas a situações de emergência humanitária. O caso de pessoas que fogem do conflito sírio ilustra a necessidade de fornecer uma resposta imediata a uma crise em curso, garantindo a continuidade de oportunidades de reinstalação para refugiados provenientes do resto do mundo. Tais programas devem ser estabelecidos em cima dos compromissos das quotas anuais existentes, e não devem substituir os esforços para responder a situações prolongadas de refugiados.

Os programas de admissão que respondem às situações de emergência humanitária devem respeitar as mesmas normas de acolhimento, integração e assistência, como as normalmente fornecidas para refugiados reinstalados. Os estatutos de residência de longa duração devem ser concebidos de uma forma atempada, para evitar stress e incerteza aos beneficiários. Da mesma forma, o direito ao reagrupamento familiar deve ser concedido nas mesmas condições que os aplicáveis aos refugiados reinstalados.

## **4. Priorizar os mais vulneráveis em programas de reinstalação.**

Em países de asilo, os Estados-Membros devem colaborar com a sociedade civil, organizações da sociedade e Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha, na identificação e encaminhamento dos refugiados que poderão beneficiar de reinstalação. O ACNUR deve permanecer o principal parceiro dos Estados-Membros na implementação de programas de reinstalação, em conformidade com o seu mandato. Em caso de emergência, os Estados-Membros devem também considerar colaborar com outros agentes locais, particularmente no processo de encaminhamento.

Os programas de reinstalação devem beneficiar os mais vulneráveis com base numa avaliação das suas necessidades humanitárias de acordo com as categorias de reinstalação do ACNUR. Estes incluem: necessidades de protecção jurídica e / ou física



Crianças e adolescentes em situação de risco são muitas vezes os refugiados mais vulneráveis, eles devem ser considerado para programas de reinstalação.  
© Ibrahim Malla / FICV 2014.

sobreviventes de tortura e/ou violência, refugiados com necessidades médicas, mulheres e meninas em risco, crianças e adolescentes em risco, e quaisquer outros grupos na necessidade urgente. Quando se pretende manter a unidade familiar, a inclusão de membros não-nucleares na família deve ser tomado em consideração. A reinstalação não deve substituir os programas de reagrupamento familiar.

#### **5. Ajustar o Programa de Reinstalação para intensificar os esforços de reinstalação em toda a UE.**

Enquadrado sob a forma de incentivos financeiros para o Asilo, Migração e Fundo para a Integração assistência está

disponível para os Estados-Membros para cada refugiado reinstalado. O financiamento da UE deveria também ser disponibilizado para organizações da sociedade civil que se dedicam a actividades de reinstalação. De acordo com as respectivas competências, a Comissão Europeia e o Gabinete de Apoio em matéria de Asilo deverá acompanhar a aplicação efectiva das operações de reinstalação na Europa que são apoiadas pelo Fundo. Isto deve ser feito em cooperação com os pontos focais nacionais estabelecidas ou grupos de trabalho em matéria de reinstalação.

O Programa de Reinstalação deve incluir quotas, disposições de apoio, e regras comuns e transparentes para garantir a qualidade, sustentabilidade e reinstalação de um maior número de refugiados em todos os Estados-Membros. Incentivos financeiros suficientes devem ser fornecidos ao mesmo tempo que asseguram a plena transparência no que diz respeito à alocação e uso desses fundos. Os Estados-Membros da UE são lembrados de que financiamento no âmbito do Fundo Asilo, Migração e Integração destina-se a aumentar o número de vagas de reinstalação disponíveis em cada país, e não para o financiamento de programas existentes.

#### **6. Implementar uma assistência mais abrangente antes da partida.**

Programas de reinstalação devem sistematicamente incluir assistência antes da partida, avaliações de saúde, orientação cultural e assistência em viagem. A UE e os seus Estados-Membros devem trabalhar com o ACNUR, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), autoridades regionais e locais em países de acolhimento, refugiados anteriormente reinstalados e organizações humanitárias, como a Cruz Vermelha e o Crescente Vermelho para melhorar a assistência pré-partida e permitir referências adequadas.

O fornecimento de informações ajuda a gerir as expectativas de ambos os refugiados que estão prestes a ser reinstalados e as comunidades acolhendo-os. Neste contexto, o papel das autoridades locais e regionais, bem como as organizações de migrantes em levantar a sensibilização do público em matéria de reinstalação deve ser incentivada e apoiada.



**7. Certificar das condições de acolhimento de alta qualidade e medidas de integração por meio do envolvimento da sociedade local e civil.**



Refugiados na sequência de um curso de formação de primeiros socorros no âmbito do Voluntariado.  
© Cruz Vermelha Finlandesa.

Todos os refugiados reinstalados devem ter acesso completo a recepção e apoio à integração na chegada de alta qualidade. Os refugiados reinstalados devem ser acolhidos directamente na comunidade, ao invés dos centros de acolhimento, podendo ser uma maneira muito mais eficiente de garantir uma integração bem sucedida. Os Estados-Membros e as autoridades locais responsáveis pelo acolhimento e integração de refugiados reinstalados devem trabalhar em parceria com comunidades de migrante e organizações da sociedade civil, incluindo a Cruz Vermelha, para melhorar as práticas de integração e acolhimento. Isso precisa de ser feito através da circulação atempada de todas as informações relevantes entre as partes interessadas e a alocação de recursos adequados para as autoridades locais, comunidades e organizações da sociedade civil para planear e implementar programas de acolhimento e integração.

O envolvimento local é essencial para uma reinstalação bem sucedida. O papel das autoridades locais, dos municípios, na recepção, alojamento e integração de refugiados reinstalados deve ser reforçada. Estreitar os laços com as comunidades e os meios de comunicação para sensibilizar o público sobre a reinstalação é estrategicamente importante. Organizações da sociedade civil, em particular, devem ser incluídas na programação e na prestação de serviços, incluindo: a orientação e o aconselhamento, formação linguística, apoio psicossocial, aconselhamento para emprego, jurídico e assistência prática no acesso aos serviços, alojamento e outros apoios. Assegurar alojamento adequado deve ser parte do pacote padrão de integração para os refugiados. Suporte adicional e planos de integração individualizada são necessários para os refugiados reinstalados mais vulneráveis.

**8. Apoiar a aprendizagem mútua e o intercâmbio de boas práticas em matéria de reinstalação.**

O Gabinete de Apoio em matéria de Asilo, é encarregado de coordenar Acções dos Estados-Membros em matéria de reinstalação, deve apoiar a cooperação transnacional e intercâmbios entre as partes interessadas, a fim de partilhar experiências e trabalhar no sentido de implementar as melhores práticas. A este respeito, a experiência e métodos inovadores aplicados pelos actores da sociedade civil dentro e fora da UE, como compartilhada através de plataformas como a Rede Europeia de Reinstalação, devem ser consideradas.

As visitas de estudo que envolvem Estados-Membros e outras partes interessadas com especialização em reinstalação devem ser organizadas para aumentar a conscientização, a participação, know-how, e apoiar a cooperação prática entre os Estados-Membros com diferentes níveis de experiência em programas de reinstalação. Cooperação em maior escala com a Rede Europeia de Reinstalação deve ser encorajada, a fim de tirar proveito de ferramentas já desenvolvidas e práticas testadas. O investimento contínuo na cooperação europeia também deve ser perseguido.